

EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
EDUCATION IN SEXUALITY AND THE PERSON WITH INTELLECTUAL DISABILITY.

Fernanda Mannocci¹

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo compreender como efetivar o processo de ensino e aprendizagem em uma educação em sexualidade para os/as educandos/as com deficiência intelectual. Ao longo da história, as questões referentes à sexualidade sempre foram carregadas de preconceitos e formas de controle social. Atualmente, a sociedade ainda apresenta dificuldades na compreensão deste tema, reduzindo a sexualidade apenas ao sexo e a educação em sexualidade a conhecimentos biológicos e anatômicos. Desconsidera-se no meio educacional os diversos fatores da sexualidade, como constituição familiar, formas de relacionamentos, afetividade, respeito a si e ao outro, entre outros. Os/as profissionais de educação possuem receio em trabalhar esta temática por desconhecimento ou concepções errôneas, principalmente se tiver um/uma educando/a com deficiência intelectual. Em nossa sociedade, atribuímos às pessoas com deficiência um descrédito social, como se esta não tivesse sexualidade e fosse incapaz de ter uma vida sexual saudável e feliz. Esses mitos estão carregados de formas de dominação e poder que limitam o desenvolvimento do ser humano. A equipe escolar e o/a educador/a precisam repensar seus valores pessoais, desvincular-se de conceitos estigmatizados, aprofundar seus estudos e garantir o direito do/a educando/a com deficiência intelectual a uma educação em sexualidade que lhe permita ser agente de sua própria vida.

PALAVRAS-CHAVES: Deficiência intelectual. Educação em sexualidade. Sexualidade. Ensino e aprendizagem. Estereótipos. identidade.

ABSTRACT

The present work had as objective to understand how to effect the process of teaching and learning in a sexuality education for students with intellectual disabilities. Along history, questions about sexuality have always been fraught with prejudices and ways of social control. Currently, society still presents difficulties in understanding this issue, minimizing sexuality to sex and education in sexuality only to biological and anatomical knowledge. The various factors of sexuality, such as family constitution, kinds of relationships, affectivity, respect for oneself and the other, and so on, are discarded in the educational environment. Educational professionals are afraid to work on this issue due to lack of knowledge or misconceptions, especially if they have an intellectual disability student. In our society, we attribute to people with disabilities a social disrepute, as if they have no sexuality and were unable to have a healthy and happy sex life. These myths are loaded with forms of domination and power that limit the development of human beings. The school team and the educator need to rethink their personal values, dissociate themselves from stigmatized concepts, deepen their knowledge and guarantee the right of students with intellectual disability to an education in sexuality that allows him to be an agent of their own life.

KEYWORDS: Intellectual disability. Education in sexuality. Sex. Teaching and learning. Stereotypes, identity.

¹ Pedagoga pela UNG; terapeuta ocupacional; especialista em Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

Educação em sexualidade não é um tema novo em nossa sociedade, mas carrega em si uma mistura de incertezas, dúvidas e preconceitos. Ao longo de nossa história foram realizados diversos movimentos buscando formas de abordar a sexualidade nos ambientes educacionais e, em cada momento, os valores vigentes à época influenciaram diretamente a concepção utilizada em cada abordagem. Por diversas vezes, a sexualidade do ser humano era vinculada ao conceito de pecado, sendo utilizada como forma de manipulação do sentimento de culpa ou como forma de controle populacional, controlando e reprimindo uma parcela significativa da sociedade. O avanço principal nessa discussão ocorreu na década de 60 e 70 devido às lutas sociais com os movimentos pelos direitos civis, as lutas feministas, os movimentos de gays e lésbicos, as reivindicações étnico-raciais e as lutas contra os regimes ditatoriais, influenciando o discurso pedagógico.

Os sistemas de ensino vêm avançando (a pequenos passos) nesta discussão em uma tentativa de implementar uma educação em sexualidade eficaz e desprovida de conceitos estereotipados. Todavia, um tema com tamanha dificuldade histórica e social é compreensível que demonstre dificuldade de se estabelecer nos espaços educacionais, inclusive porque tratar de sexualidade implica diretamente sobre a nossa sexualidade e como lidamos com a mesma, como fomos educados para

compreender nosso corpo e aceitá-lo, como aprendemos a conhecer e respeitar o corpo e os direitos do outro/a, entre outros diversos pontos, pois a sexualidade vai além do sexo e do prazer e/ou de conceitos fisiológicos. Esta envolve conceitos mais amplos como família, desenvolvimento, percepção de mundo, diferenciações de gênero, relações de poder, etc. e está presente em todas as fases da vida do ser humano, desde seu nascimento até sua velhice, diretamente relacionada com seu desenvolvimento pessoal e com as relações em seu meio.

Se nas instituições de ensino, os/as profissionais de educação apresentam dificuldade em trabalhar a sexualidade com as crianças e jovens, quando esta/e apresenta uma deficiência intelectual, isto se agrava, pois, nossa sociedade tem uma visão reduzida e estigmatizada a respeito da pessoa com deficiência, carregada de mitos falsos e equivocados. É comum encontrarmos quem considere que a pessoa com deficiência intelectual não possui sexualidade, vendo-a como um ser assexuado, um “anjo” puro ou, ainda, com uma sexualidade exacerbada que precisa ser controlada. Sempre as encaixam nos dois extremos, dificilmente, os/as reconhecem dentro de sua individualidade e da complexidade própria da espécie humana.

Considerando o que foi exposto acima, avaliando a importância da sexualidade na vida de todos/as e a dificuldade em se trabalhar a educação em sexualidade com as crianças e jovens com deficiência, este artigo apresenta como objetivo principal compreender como efetivar o processo de ensino e aprendizagem em uma educação em



sexualidade para os/as educandos/as com deficiência intelectual. Para tal, será utilizada a pesquisa bibliográfica, buscando na bibliografia especializada conhecimentos sobre o tema a ser investigado e conceitos considerados importantes para alcançar o objetivo inicial.

Três pontos relevantes sobre o presente trabalho precisam ser esclarecidos previamente para a compreensão dos valores a que se baseou sua realização: a utilização do termo Educação em Sexualidade em detrimento de outros tão, ou mais, conhecidos; o uso de linguagem não sexista e termos neutros; o uso da terceira pessoa do plural.

A escolha pelo termo Educação em Sexualidade se justifica pelos valores e perspectivas presentes em cada conceito. O conceito de Educação em Sexualidade¹², utilizada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a educação, à ciência e a cultura), tem uma perspectiva baseada nos direitos humanos, nos direitos sexuais e reprodutivos, abordando questões como direitos sexuais e responsabilidades, estigmatização e discriminação, orientação sexual e identidade de gênero, desigualdades e relações de poder na sociedade. Enfatiza o respeito aos valores de uma sociedade plural e democrática em que as famílias e as comunidades se desenvolvem plenamente, incluindo aspectos éticos, biológicos, emocionais, sociais, culturais e de gênero.

Quanto ao uso da linguagem, a regra nos leva à utilização da forma masculina para se referir tanto a homens como mulheres,

independente de qual gênero esteja presente em sua maioria ou a qual público se destina. Esta linguagem no masculino é uma criação linguística política, que nada tem de imparcial ou neutra, e favorece uma construção que privilegia um dos gêneros. Devido aos meus valores pessoais e ao tema desta pesquisa que aborda a sexualidade a partir dos direitos humanos e sexuais das pessoas, perspectiva que ressalta o enfrentamento à estigmatização, discriminação, desigualdades e relações de poder na sociedade, e valoriza a liberdade de escolha de cada um/a quanto às decisões de sua vida, a escrita será realizada com base em uma linguagem não sexista, utilizando-se de termos neutros para se referir às pessoas ou impondo a inclusão de gênero a partir do artigo “a” sempre após o artigo “o” e a utilização de barras ao invés de parênteses, implicando que todas as identidades de gênero caminham juntas e não que uma se esconde sobre a outra¹³.

Ao longo da escrita, em muitos momentos, foi priorizado o uso da terceira pessoa do plural. A dificuldade em abordar assuntos referentes à sexualidade (de pessoas com ou sem deficiência) é de todos/as e decorrente de um processo histórico e social marcado por valores que nos foram impostos como incontestáveis, assim, por fazer parte da sociedade em que vivo, me incluo constantemente nessa necessidade de reflexão crítica sobre meus próprios valores e, assim, percebo a importância de tratar este estudo dentro de “nós”, ao invés da forma neutra e/ou imparcial.

¹² Baseado no guia “Adolescentes, jovens e educação em sexualidade” do Instituto ProMundo. Disponível em <http://promundoglobal.org/wp-content/uploads/2015/01/guia-adolescentes-jovens-e-educacao-em-sexualidade.pdf>.

¹³ Baseado em: FURLANI, Jimena. *Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.



INICIANDO A REFLEXÃO SOBRE SEXUALIDADE

Quando pensamos em educação em sexualidade em nosso país, não podemos cair no equívoco de imaginar que este conteúdo foi recentemente implementado em nossas escolas como fruto de uma época moderna, na qual este assunto se torna permitido e valorizado. Pelo contrário, este tema vem sendo abordado sob diferentes pontos de vista e conceitos, com um atual aumento de interesse no cenário educacional brasileiro. Há um movimento histórico de implantar uma educação em sexualidade, muitos/as estudiosos/as e especialistas vêm debruçando-se sobre o tema e sua ação prática nas escolas. Entretanto, estes estudos apresentam linhas diferenciadas, de acordo com as concepções de quem está por trás do papel, sua compreensão de educação, de sexualidade, de valores, de ser humano e de direitos.

Discutir sexualidade gera controvérsia e indiferença, pois quando abordamos o assunto nos confrontamos com nossos próprios valores, nossa concepção de certo e errado, nossos fantasmas interiores que evitam vir à tona, possivelmente escondidos atrás de um deturpado senso de moralidade ou uma vergonha de se expor. Se nos parece complicado discutir sexualidade, quando esta pertence a uma pessoa com deficiência, isso se agrava. Existem alguns conceitos sociais fantasiosos que rodeiam essas pessoas, reprimindo-as e limitando seu potencial. Isto acontece por que ambos os entendimentos (de sexualidade e de deficiência) são construído socialmente a

partir de estereótipos e imposições de certo e errado.

Como exemplo pode-se citar dois influenciadores históricos da sexualidade. O primeiro foi a Igreja Católica. Na Idade Média, em nome da religiosidade, a Igreja passou a preocupar-se com as práticas sexuais influenciando em sua aprovação ou negação, impondo suas crenças e concepções sobre as práticas sexuais, noções de pecado e atos proibidos (RIBEIRO, 2009). Este é um ponto importante a ser considerado nos estudos sobre sexualidade, pois essa concepção de certo e errado e os dogmas religiosos continuam exercendo influência em algumas abordagens de educação em sexualidade existente em nosso país.

O segundo influenciador foi o que o autor acima denomina de *institucionalização do conhecimento sexual*, um período histórico no qual a classe médica, composta pela elite dominante do século XIX, tomou para si os estudos sobre a sexualidade, impondo um discurso normatizador. O foco de estudos eram os desvios sexuais e as doenças que teriam sua etiologia nas práticas sexuais consideradas inadequadas. Este movimento ganhou mais força no início de século XX com os movimentos *higienistas* e *eugenistas*, nos quais acreditava-se que a desorganização e o mau funcionamento da sociedade eram as causas das doenças, cabendo à medicina refletir e atuar sobre seus componentes visando neutralizar todo perigo possível; e que a miscigenação das etnias humanas produzia efeitos negativos na sociedade, sendo necessário aprimorar as qualidades hereditárias da raça humana, através da seleção artificial, incentivando o nascimento de indivíduos mais capazes e desencorajando



o nascimento dos incapazes, originando conteúdos expressamente racistas baseados no “ideal de branqueamento”.

Para continuar a reflexão sobre a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual, é importante entender alguns conceitos anteriores para não confundirmos os mesmos e não basearmos nossas falas e concepção em entendimentos errôneos ou estereotipados. Comumente encontramos quem considere que é preciso podar a educação em sexualidade por esta se tratar apenas de sexo ou sexualidade, considerando estes termos como algo proibido e/ou promíscuo, sem considerar seus aspectos mais amplos.

Sexo e sexualidade não podem ser considerados uma coisa única. Sexo refere-se diretamente ao ato sexual e à satisfação da necessidade biológica de obter prazer sexual que todo ser humano traz consigo desde seu nascimento (FIGUEIRÓ, 2009). Sexualidade abrange um conceito mais amplo. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2010, 2014) afirma que a sexualidade é uma dimensão fundamental do ser humano constituída em muitas experiências nas várias etapas da vida, apresentando dimensões físicas, psicológicas, espirituais, sociais, econômicas, políticas e culturais.

A sexualidade refere-se às elaborações da cultura em que vivemos sobre os prazeres e intercâmbios sociais e corporais que compreendemos sobre erotismo, desejo, afeto, saúde, reprodução, tecnologias e exercício do poder na sociedade. Essas elaborações diferem amplamente entre culturas e, inclusive, dentro de uma mesma cultura. Em determinados meios, alguns

comportamentos são vistos como aceitáveis e desejáveis, enquanto outros são considerados inaceitáveis (ibidem).

Dessa forma, ao se pensar em sexualidade é imprescindível considerar a influência que o meio exerce sobre nosso modo de reconhecer e vivenciar nossa sexualidade. Um dos pontos principais é sempre considerar que a sexualidade é construída a partir das relações entre as pessoas inseridas em uma cultura. Fatores sociais, culturais, históricos, as pessoas com quem convivemos desde o nascimento, etc. são influenciadores diretos sobre nossa própria sexualidade e sobre como percebemos a sexualidade do/a outro/a e agimos sobre isto. Independente de estarmos diretamente trabalhando a sexualidade, indiretamente, estamos influenciando e sendo influenciados/as pelas concepções que nos são passadas socialmente.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL E A SEXUALIDADE

Para explicar melhor esta relação entre sexualidade e cultura, se utilizará como base a Teoria Pós-crítica, mas precisamente o Pós-estruturalismo e alguns conceitos importantes de Foucault. Não há a pretensão de realizar uma análise completa e extensa sobre a teoria selecionada, apenas regatar alguns pontos importantes para auxiliar os estudos sobre sexualidade.

As teorias pós-críticas questionam os pressupostos das teorias críticas, marcadas pelas influências do marxismo e da Escola de Frankfurt, destacando as discussões sobre currículo, poder e ideologia (LOPES, 2013). O Pós-estruturalismo surge a



partir de uma revisão do pensamento marxista, o qual reforçava a ideia de que a emancipação e o esclarecimento são capazes de tornar o sujeito ciente das coerções ocultas da sociedade e se libertar. Como representantes dessas ideias no Brasil, temos importantes nomes: Dermeval Saviani, Moacir Gadotti e Paulo Freire (FURLANI, 2011).

De acordo com Furlani (2011), as teorias críticas compreendem que o marcador da condição humana é a classe social, a qual determina as pessoas e suas experiências, opressão, desigualdade e hierarquia. Para uma educação em sexualidade, as teorias críticas se tornam limitadas, pois ao compreender o capitalismo enquanto poder opressor central subentende-se que, extinguindo-o, os problemas sociais estariam resolvidos. Porém, em uma educação em sexualidade é preciso repensar a compreensão de sujeitos sociais e de poder, analisando-os a partir do Pós-estruturalismo.

As pessoas são constituídas por muitas identidades culturais apresentando diversos aspectos identitários. Assim, não são apenas as características “de classe” e/ou de ordem econômica que nos definem e que decidem nossa existência e reconhecimento social, existem inúmeros marcadores sociais que nos constituem como sujeitos e que determinam nosso papel na sociedade: condição física, gênero, sexualidade, raça, etnia, origem social, religião, geração, estado civil, etc. (ibidem).

[...] não controlamos plenamente os sentidos do que dizemos e muito menos sabemos o que somos, pois o que somos depende do outro, do contexto. Nem o eu, nem o outro,

nem o contexto são identidades a priori. O sujeito – entendido como subjetivação – é um projeto inconcluso, um significante circulando a depender de uma significação sempre adiada (LOPES, 2013, p. 8).

Para Furlani (2011), complementando a constituição do sujeito, existem as relações de poder, as pessoas estão sob influência de um poder disciplinar que interfere em suas vidas, disciplinando seus corpos e mentes. Esse poder não decorre de um único centro, o Estado, mas surge a partir das relações e tem como questão central a conduta do/a próximo/a.

[...] mesmo que houvesse distribuição de renda equitativa no país, que não houvesse mais miseráveis, nem pobre, que a renda per capita dos/as brasileiros/as fosse uma média boa e muito boa; mesmo que toda a população fosse classe média, média alta, etc.; mesmo assim, ainda a sociedade brasileira apresentaria disputas de poder, ainda a sociedade brasileira apresentaria sujeitos subordinados por gênero, sexualidade, nacionalidade... Ainda assim a sociedade seria machista, racista, homofóbica, xenófoba... Ainda assim existiriam pessoas sendo discriminadas, sofrendo violência, coação... (FURLANI, 2011, p.51).

Dessa forma, apesar de conhecermos a forte influência do Estado na vida de todas as pessoas, pode-se afirmar que



não é o único responsável pelas desigualdades e opressões existentes em nossa sociedade. As formas de pensamento e preconceito, de dominação e poder, estão enraizados em nossa cultura, perpetuando pelos diferentes momentos históricos. Esse poder, Foucault denomina de saber-poder.

O saber-poder preconiza que todo poder é uma expressão de alguma “verdade” que, tida como absoluta, exerce poder sobre o sujeito de que se fala. Cada pessoa é resultado dos dispositivos que a constroem como tal, “não existe sujeito a não ser como simples e puro resultado de um processo de produção cultural e social” (SILVA, 2001, p. 120 apud FURLANI, 2011, p.52).

Segundo Oliveira (2015), o poder não é apenas repressivo por meio de verdades absolutas, mas também é produtivo na medida em que cria novos saberes, os quais podem oprimir ou libertar. Lopes (2013) fala que, nesse saber-poder, todo o conhecimento é então interpretado como um discurso e conectado ao poder.

Estes saberes estão relacionados ao conceito de discurso. Para Furlani (2007, 2011), pela perspectiva pós-estruturalista e dos Estudos Culturais é preciso conceder ênfase aos efeitos da linguagem e do discurso. Discurso refere-se à produção de conhecimento através da linguagem e ao modo como este conhecimento é institucionalizado em práticas sociais. Para Foucault, discurso são expressões verbais identificadas em instituições (médica, religiosa, pedagógica, midiática) ou situações sociais e correntes de pensamento (como aqueles que compõem o machismo, a xenofobia, a homofobia, o sexismo).

[...] a diferença, seja ela considerando o gênero a sexualidade, a geração, a raça, a nacionalidade, etc., ‘é essencialmente um processo linguístico e discursivo’, não sendo, portanto, natural, mas ‘discursivamente produzida’ [...] as diferenças estão sendo constantemente produzidas e reproduzidas através das relações de poder [...] e não devem ser simplesmente respeitadas ou toleradas (FURLANI, 2011, p. 58).

A linguagem adquire importância fundamental para a constituição das identidades culturais, pois a sociedade em que vivemos e a cultura a qual estamos inseridos determinam os lugares que os sujeitos ocupam e delimitam a separação entre as pessoas baseado na diferença x identidade (FURLANI, 2011). Assim, podemos compreender que as identidades sociais (sexuais, de gênero, de raça, de nacionalidade, de classe, etc.) são definidas por meio da cultura e da história e são essas múltiplas identidades que constituem o sujeito a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais (LOURO, 2000).

Dessa forma, podemos reconhecer que somos o resultado de muitos marcadores sociais, como condição física, gênero, sexualidade, raça, etnia, origem social, religião, geração, estado civil, etc., baseados na cultura e na sociedade nas quais estamos inseridos/as, o que irá influenciar na maneira como somos percebidos/as e reconhecidos/as, sendo o discurso uma forma de poder que reproduz uma “verdade” sobre o sujeito de que se fala, produzindo estereótipos e discriminações.



Quando nos referimos à sexualidade, este processo se torna um agravante, pois estes discursos fundamentados em verdades únicas e absolutas podem refletir em entendimentos errôneos e equivocados de que a sexualidade ocorre de modo uniforme em todas as pessoas, sendo que todos/as têm a chance de vivenciar igualmente sua sexualidade e que esta seguirá um mesmo processo ao longo da vida.

Louro (2000) explicita que a sexualidade é compreendida socialmente como algo natural as pessoas, sem distinção, sendo, simplesmente e somente, inerente, ou seja, dado pela natureza, de forma que todos/as vivenciamos nossos corpos e nossa sexualidade da mesma maneira.

Para Foucault, esta se refere a um "aparato histórico" desenvolvido em uma rede de regulação social, com vistas a organizar os corpos e comportamentos individuais (WEEKS, 2000), uma invenção social construída por meio de discursos sobre o sexo, normatizando-o e instaurando saberes baseados em "verdades" únicas (LOURO, 2000).

Assim, não há um caráter natural à sexualidade, esta é definida culturalmente, envolve linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções, etc. Os corpos, as possibilidades da sexualidade e das formas de expressar os desejos e prazeres ganham sentido através das marcas de uma cultura, vai além das questões pessoais, mas abrange questões sociais e políticas. A sexualidade é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos (ibidem).

Weeks (2000) complementa esta ideia, afirmando que as identidades sexuais que consideramos naturais são constantemente moldadas no interior de relações definidas de poder e a sexualidade é um marcador de outras relações de poder. Muitas instâncias culturais, sociais e religiosas estão interessadas em dizer as pessoas quais as formas apropriadas para regular suas atividades corporais, como Igreja, Estado, intervenção da medicina, da psicologia, do trabalho social, das escolas, etc.

Uma dessas formas de poder mais óbvia em nossa sociedade são as relações opressivas entre homens e mulheres, a sexualidade feminina tem sido historicamente definida em relação à masculina com uma notória diferença entre o que é permitido e/ou negado para cada um, sendo a mulher julgada com mais facilidade por não adequar-se ao que é considerado correto socialmente.

Concluimos então que, a sexualidade como constituinte do sujeito não é algo construído individualmente, mas recebe grande influência do meio social e cultural no qual os indivíduos vivem, pois, a partir das relações de poder existentes na sociedade e nos estereótipos construídos socialmente, esta sexualidade será formada e exercerá uma ação preponderante na vida do ser humano.

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA: DESCRÉDITO SOCIAL, MITOS IDEOLÓGICOS E POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS

Compreendendo que a sexualidade é constantemente moldada no interior de relações definidas de poder, o que isto



significa na vida de uma pessoa com deficiência intelectual? Como entendemos a construção de sua sexualidade?

A construção social da sexualidade na pessoa com deficiência intelectual (D.I.) está intimamente ligada com a compreensão da sociedade sobre o que é deficiência. Infelizmente, nossa sociedade ainda as reconhece como incapazes ou de menor capacidade e/ou valia que as demais, não reconhecendo que a deficiência, independente de qual natureza seja, só caracteriza um prejuízo quando o meio social é deficitário e não está adequado às necessidades de cada um/a. Este descrédito social é atribuído em razão dos estereótipos e estigmas designados às pessoas com deficiência. Aquele/a considerado/a diferente desestabiliza e causa estranhamento às pessoas presas nos padrões sociais.

Goffman (1981) afirma que o/a diferente é aquele/a que carrega uma característica que o conota a uma espécie menos desejável, sendo considerado/a má, perigoso/a ou fraco/a. Este/a não é considerado/a um ser comum e total, reduzindo-o/a como uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real.

A sociedade estabelece a *identidade social* das pessoas através da categorização de atributos considerados como comuns e naturais, situando assim, as categorias de pessoas a serem encontradas em cada meio, permitindo relacionamentos com outras pessoas já previstas consideradas iguais entre

si. Quando um/a “estranho/a”¹⁴ entra nesta relação, a primeira reação é prever a sua categoria possível, ou seja, qual sua identidade social, a qual grupo pertenceria. Depositamos nas pessoas uma série de exigências e expectativas normativas e rigorosas. Estas exigências e o caráter que impomos a cada pessoa seria sua *identidade social virtual*, pois nem sempre estas exigências são passíveis de serem alcançadas. Entretanto, as categorias e os atributos que o sujeito realmente possui (e nem sempre reconhecemos) são sua *identidade social real* (ibidem).

Assim, devido a estes estigmas atribuídos às pessoas consideradas diferentes, um único traço se impõe ao todo, afastando a possibilidade de atenção para outros atributos. As percebemos apenas sua deficiência que nos é visível aos olhos, anulamos suas características que a tornam um ser humano complexo e completo, como sua personalidade, sua potencialidade, vontades, interesses, sonhos, etc. Em outras palavras, podemos dizer que nos relacionamos com a deficiência e não com a pessoa.

Se a relação da pessoa com deficiência com o meio que a rodeia é categorizada por meio de conceitos de normalidade social, a sexualidade das mesmas não seria diferente. Todos/as temos

¹⁴ O termo estranho aqui escrito refere-se ao termo utilizado pela autora no texto original, em nenhum momento há a intenção de utilizá-lo de forma pejorativa, mas sim no sentido de diferente dos padrões sociais esperados ou, de acordo com o dicionário Michaelis, aquele/a que não se conhece ou reconhece; que produz a sensação desconfortável de estranheza; que não apresenta nenhuma relação com, que não pode ser identificado ou reconhecido como parte integrante de [...]. Fonte: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=qLQM>. Acesso em 29 out. 2016.



nossa sexualidade construída a partir da relação com nossa cultura e nosso meio social, no caso da pessoa com deficiência, essa sexualidade carrega um padrão de estereótipos ainda mais exigente e cruel.

Como mencionado anteriormente, ao longo de nossa vida sofremos influência de um saber-poder que nos molda a nos reconhecer e reconhecer ao/a outro/a. Cada pessoa é resultado dos dispositivos que a constroem como tal, a partir de um saber-poder, o qual afirma a expressão de alguma “verdade” tida como absoluta, exercendo poder sobre o sujeito de que se fala.

Para Maia e Ribeiro (2010), estas verdades absolutas constroem em nós uma noção de sexualidade feliz, as regras nos ensinam o que seria o desejável em relação à maneira como devemos agir, separando sentimentos no campo da normalidade e da não normalidade em busca da felicidade idealizada. Certeza (2013) explicita ainda que associamos a sexualidade aos padrões de beleza e estética da mídia, valorizando a beleza física e a perfeição, atribuindo ou restringindo a sexualidade ao aspecto físico. Quando nos deparamos com as pessoas com deficiência, as categorizamos como imperfeitos e o resultado é uma mistura de alienação, desinformação e preconceito.

A sexualidade também se desenvolve a partir do nosso corpo simbólico, ou seja, o modo como nos enxergamos e percebemos que as pessoas nos enxergam. Nós conhecemos nosso corpo ao andar, aos nos lavar, etc. do mesmo modo que o conhecemos por meio da dor, da doença e das emoções. Esta bagagem inclui experiências físicas e psicológicas, imaginárias e reais, do presente e do passado.

Todavia, muitas pessoas com deficiência só tiveram experiências distantes do prazer, pois seu corpo somente é alvo de intervenções médicas que apontam o que há de errado que precisa ser normatizado. Além disso, podem não se sentir encaixados no padrão social de beleza e perfeição (CERTEZA, 2013).

Decorrente desses estigmas, verdades absolutas e desinformação, a sociedade apresenta dificuldade em lidar com a sexualidade das pessoas com deficiência intelectual, as categorizam fora dos padrões aceitáveis, desenvolvendo sua opinião por meio de percepções estigmatizadas decorrentes de um modo limitado de ver o/a outro/a apenas pela deficiência, mantendo e reproduzindo as relações de poder e dominação.

[...] o preconceito materializa um mecanismo de defesa diante do encontro entre as pessoas quando um é a ameaça ao outro por ser algo novo, diferente e temeroso e [...] em decorrência disso, temos a propensão a generalizar utilizando estereótipos sobre as possíveis problematizações que “são simplificações que respondem à demanda imediata do pensamento, valendo-se de conteúdos e juízos de valor incorporados, conforme a condição e posição hierárquica social”. [...] o indivíduo preconceituoso fecha-se em suas opiniões, o que o impede de conhecer efetivamente aquilo que ele teme. Por isso ele afasta o outro de si para preservar sua estabilidade psíquica porque ao se colocar



diante do que teme como alguém possível de identificação, os sentimentos de humilhação e fragilidade vêm à tona e, parece mais fácil, manter atitudes de discriminação e exclusão do outro não-normal ao invés de reconhecer esse mecanismo emocional que nos reconhece como semelhantes e humanos (MAIA; RIBEIRO, 2010, p.163).

Diante disso, Maia e Ribeiro (2010) indicaram alguns mitos comumente encontrados a respeito da sexualidade da pessoa com deficiência. Para o presente artigo foram selecionados os três mais relevantes para o estudo: pessoas com deficiência são assexuadas; pessoas com deficiência são hiperssexuadas; pessoas com deficiência são indesejáveis e incapazes de manter um vínculo estável de relacionamento.

I. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA SÃO ASSEXUADAS

Em nossa sociedade, há a crença de que as pessoas com deficiência são assexuadas. Isto está relacionado à ideia que são pessoas dependentes e infantis e, portanto, não seriam capazes de usufruir uma vida sexual adulta. Erroneamente, atribui-se a dependência em algumas áreas da vida (como se alimentar ou se limpar) a aspectos como imaturidade emocional, mesmo que o sujeito tenha aspectos cognitivos íntegros. Esta visão está equivocada. Em primeiro lugar, porque as funções e desejos eróticos estarão potencialmente preservados e não deveriam ser negados quando há algum tipo de limitação ou deficiência, a dessexualização do

indivíduo é social e não fisiológica. (MAIA; RIBEIRO, 2010).

Em segundo lugar, a sexualidade não pode ser confundida apenas com sexo, relaciona-se também a relacionamentos de diversos aspectos (familiares, amizades, amorosos, etc.): aos valores, atitudes e habilidades; à cultura, sociedade e direitos humanos; ao desenvolvimento humano; à afetividade; ao carinho; ao prazer; ao sentimento mútuo de bem querer; aos gestos; à comunicação; ao toque e à intimidade. É uma dimensão fundamental do ser humano constituída em muitas experiências nas várias etapas da vida, incluindo a infância.

II. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA SÃO HIPERSSEXUADAS

Outro mito comum é o que afirma que as pessoas com deficiência são hiperssexuadas, pois seus desejos são incontroláveis e exacerbados, sendo que a expressão sexual explícita para quem tem deficiência é uma perversão. Essa ideia é um erro porque não há relação entre sexualidade exagerada e as questões orgânicas da deficiência, o interesse por sexo é variável de sujeito para sujeito, igualmente entre as entre pessoas com deficiências e as sem deficiências.

Maia e Ribeiro (2010) explicitam que essa concepção errônea pode acontecer por dois motivos. O primeiro motivo refere-se ao fato das pessoas com deficiência não terem acesso a informações e a uma educação em sexualidade, além de terem poucas oportunidades de socialização. Isso faz com que a expressão da sua sexualidade não corresponda às regras sociais, o desejo (normal em todo ser humano) aparece como



diferenciado e exagerado pela sua exteriorização inadequada, prejudicando sua imagem e o/a colocando como dotados/as de uma sexualidade atípica. O segundo motivo tem relação com o discutido anteriormente, sobre a maneira como associamos a sexualidade aos padrões de beleza e estética da mídia, valorizando a beleza física e a perfeição, atribuindo a sexualidade ao aspecto físico. Assim, qualquer expressão sexual fora dos padrões do corpo perfeito e que não envolva um casal heterossexual, vinculado ao amor romântico, torna a sexualidade desviante, patológica ou desnecessária.

III. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA SÃO INDESEJÁVEIS E INCAPAZES DE MANTER UM VÍNCULO ESTÁVEL DE RELACIONAMENTO

Outro mito difundido socialmente é de que as pessoas com deficiência são pouco atraentes, indesejáveis e incapazes de conquistar um/a parceiro/a e manter um vínculo estável de relacionamento amoroso e sexual. Novamente vemos a influência da noção estereotipada e preconceituosa da visão social que relaciona a sexualidade aos padrões de beleza e estética da mídia, valorizando a beleza física e a perfeição.

Esse mito ocorre porque os padrões de normalidade sexual exigem protagonismos esteticamente perfeitos, considerando que para encontrar uma/a parceiro/a depende unicamente de modelos de estética e desempenho. Se a pessoa não se encaixar neste perfil, ter uma parte do corpo não funcional ou precisar de algum tipo de auxílio em função de sua deficiência, é considerada degradante e pouco erótico aos demais (MAIA; RIBEIRO, 2010). O equívoco está em

considerar o ser enquanto sua deficiência e não como uma pessoa. Sua deficiência, independente de qual seja, não a impede de se relacionar de modo satisfatório e gratificante, “[...] esquece-se que a pessoa é, antes de tudo, um ser humano e que a deficiência é incorporada à identidade pessoal. Não se ama a deficiência, mas o sujeito com a deficiência” (ibidem, p. 168).

Como pudemos perceber, estes mitos estão carregados de estereótipos sociais e imagens errôneas a respeito da pessoa com deficiência, sem considerá-la em sua totalidade e sem ouvir sua voz. É imprescindível que a sociedade reconheça que as expressões da sexualidade são igualmente variadas, tanto para pessoas com deficiência quanto para as pessoas sem deficiência. Em ambos os casos, essa expressão será individual dependendo do momento de vida, podendo ocorrer dificuldades e facilidades para todos/as, sendo injusto generalizar, rotular e estigmatizar os potenciais e limites daquele/a com deficiência sem considerar o seu contexto social, econômico, educacional e sem considerar a diversidade entre as pessoas com deficiências (ibidem).

Estes mitos podem trazer graves consequências, pois impedem que a sexualidade seja conversada em casa e na escola com as crianças e jovens com deficiência intelectual. O principal risco destas crenças é que não há, em nenhuma etapa de sua vida, uma educação em sexualidade que lhe auxilie a se conhecer, conhecer o/a outro/a e ao mundo em que vive e, dessa forma, está sendo negado seu direito a uma educação em sexualidade, à formação e à informação.



Negar que a pessoa com deficiência intelectual também tem sua sexualidade preservada e o não acesso a uma educação em sexualidade, pode ocasionar graves consequências, como levá-la a não conhecer a própria sexualidade, entender seu corpo, entender o corpo do/a outro/a, identificar seus desejos, valorizar suas vontades, conhecer diferentes formas de afeto, não ter acesso a métodos contraceptivos e, ainda, uma maior suscetibilidade a sofrer violências sexuais.

Santos (2009) no Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual da Prefeitura da Cidade de São Paulo, afirma que as crianças com deficiência intelectual são alvos fáceis de abuso sexual, pois estão à mercê de seus responsáveis e/ou cuidadores. As pessoas responsáveis pelos abusos e violências, normalmente, se aproveitam dos laços de confiança que são facilmente criados, da falta de educação sexual e da possibilidade do silêncio por meio da credibilidade acentuada às ameaças, além do possível descrédito com relação à denúncia dessas crianças ou adolescentes.

De acordo com o Relatório Mundial Sobre a Deficiência (2012), adolescentes e adultos com deficiências têm maior probabilidade de serem excluídos de programas de educação em sexualidade e que mulheres com limitações funcionais possuem menor probabilidade de serem questionadas sobre o uso de contraceptivos durante consultas com clínicos gerais.

O Portal Brasil, do Governo Federal, em uma matéria publicada em 2012, traz um dado preocupante, segundo o Relatório do Banco Mundial em parceria com a Universidade de Yale sobre HIV/Aids e

Deficiência mulheres com deficiência correm três vezes mais risco de serem estupradas que mulheres sem deficiência; além disso, chega até a 70% os casos de abuso sexual de jovens com deficiência intelectual.

No Brasil, segundo levantamento realizado junto ao Registro Digital de Ocorrências (RDO) da Secretaria de Segurança Pública, entre maio e dezembro de 2014 (um período de apenas oito meses) foram registradas em todo o estado de São Paulo 11.075 ocorrências envolvendo 11.205 vítimas com deficiência (a diferença entre estes números se justifica porque um mesmo boletim de ocorrência pode ter mais de uma vítima). Estudo desenvolvido com base nos dados do Disque 100 entre 2011 e 2013 pela Coordenadoria de Programas da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD), revelou que em 72% dos casos de agressão, o agressor pertencia ao núcleo familiar da pessoa com deficiência (ANDRADE, 2015).

No caso das vítimas que possuem deficiência intelectual, um fator que desperta atenção é a proporção de crimes contra a dignidade sexual. No Registro Digital de Ocorrências, estes crimes representam 2,18% do total, enquanto no caso das vítimas com deficiência intelectual eles correspondem a 8,45% das rubricas totais (ibidem).

Estes dados reforçam a importância de se garantir o direito das pessoas com deficiência e uma educação em sexualidade para que possam compreender o mundo em que vivem e perceber que os estigmas lhe são impostos socialmente e não fazem parte de suas características constitutivas, sendo capaz de construir sua própria escala de valores, a partir de uma consciência crítica



que o capacite a ver, questionar, julgar e agir; além de reconhecer o certo e o errado, podendo evitar possíveis violências e/ou abusos ou procurar ajuda em situações necessárias, assegurando seus direitos próprios e os deveres de seus responsáveis.

A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE DO/A EDUCANDO/A COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A sexualidade faz parte da vida do sujeito e deve ser abordada em diferentes meios de convivência e aprendizagem, pois, mesmo que esta ação não seja intencional, nossas atitudes estão marcadas por nossas concepções e valores que serão repassados às crianças e jovens de alguma forma. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998), toda família realiza a educação em sexualidade de suas crianças e jovens de alguma forma, através dos comportamentos dos/as responsáveis entre si, na relação com os/as filhos/as, nas expressões, gestos e proibições, etc. Todos/as expressam sua sexualidade, transmitindo seus conceitos, valores e preconceitos. Se as palavras, comportamentos e ações dos/as responsáveis e familiares são o primeiro e mais importante modelo, muitos outros agentes sociais estarão envolvidos, como as demais pessoas com quem convivem e os meios de comunicação. Dessa forma, serão nas instituições educacionais que eles/as poderão receber as noções a partir das quais irão construindo e expressando a sua sexualidade.

Este trabalho pode ser complicado para muitos/as profissionais da educação. Lidar com questões da sexualidade de outrem,

envolve lidar com suas próprias questões interiores e repensar seus valores constantemente. Quando este outrem apresenta uma deficiência intelectual, isto se torna mais complexo, dado que abrange verdades tidas como absolutas ao longo de todo o desenvolvimento deste/a profissional e estigmas já firmados no meio social.

Contudo, os/as educadores/as e demais profissionais precisam repensar seus conceitos e garantir que o/a educando/a com deficiência intelectual tenha acesso a uma educação em sexualidade valorosa, libertando-se de padrões estereotipados e preconceituosos, enxergando seu/sua aluno/a como ser humano em desenvolvimento assim como os demais, sendo a sexualidade constituinte de seu ser.

A necessidade de quebrar esses estereótipos pode ser exemplificada no ocorrido no VII Congresso Brasileiro: Prevenção das DST e Aids, em Florianópolis / SC, publicado pela organização Movimento Down. Neste evento, o qual discutia o cuidado com sexualidade, estavam presentes diversas pessoas com deficiência intelectual e um deles, Thiago, frente ao público questionou:

“Se vocês podem beijar, por que eu não posso? Se vocês podem namorar, por que eu não posso? Se vocês têm relações sexuais, por que eu não? Me sinto triste com isso! (...) Sexualidade não é privilégio de quem não tem deficiência! Aprendi muito com o Projeto Pipa¹⁵ e hoje

¹⁵ Projeto Pipa foi idealizado e realizado pela Associação Carpe Diem, de São Paulo, no qual eram realizadas oficinas para educação sexual de pessoas com deficiência intelectual. Fonte: <http://www.movimentodown.org.br/>.



eu namoro e estou aqui neste congresso falando para vocês!".

Enquanto todos/as nós envolvidos/as no meio social e educacional da pessoa com deficiência intelectual (familiares, profissionais da educação, profissionais de saúde, colegas, etc.) não efetivarmos seu direito ao acesso a uma educação em sexualidade, os/as mesmos/as continuarão vulneráveis a falta de conhecimento, descoberta e informação, tornando-se suscetíveis a violências de diversas formas.

Ampliar nossa forma de pensar implica, também, compreender que a educação em sexualidade vai além de apenas conversar sobre o ato sexual, mas abrange questões essenciais para o desenvolvimento do ser humano e contribuem para o entendimento de si e do outro, sua relação com o mundo e nos diversos espaços que convive. Desvinculando-se de apenas abordar um discurso biológico e científico, a educação em sexualidade precisa ter relação com o direito de todos/as receberem informações sobre corpo, sexualidade e relacionamento, podendo expressar seus sentimentos, rever seus preconceitos, formar sua própria opinião e seus próprios valores sobre tudo que é ligado ao sexo e a sua sexualidade.

Para elucidar, podemos salientar os temas gerais estabelecidos pela UNESCO (2014) para serem abordados em uma educação em sexualidade: *relacionamentos* (famílias; amizade, amor e relacionamentos; respeito, tolerância e solidariedade; namoro, casamento, união estável, filhos e relacionamentos eventuais); *valores, atitudes e habilidades* (valores, atitudes e referências de aprendizado em sexualidade; normas e

influência dos pares sobre o comportamento sexual; tomada de decisões; habilidades de comunicação; recusa e negociação; encontrar ajuda, apoio e orientação); *cultura, sociedade e direitos humanos* (sexualidade, cultura e direitos humanos; sexualidade e mídia; a construção social do gênero; violência de gênero, abuso sexual e práticas prejudiciais); *desenvolvimento humano* (anatomia e fisiologia sexual e reprodutiva; reprodução; puberdade; imagem corporal; privacidade e integridade corporal); *comportamento sexual* (sexo, sexualidade e o ciclo de vida sexual; comportamento sexual); *saúde sexual e reprodutiva* (saúde reprodutiva; entender, reconhecer e reduzir o risco de DST, inclusive o HIV; estigma, tratamento, assistência e apoio às pessoas vivendo com HIV e AIDS).

Que um sistema educacional inclusivo é um direito garantido à pessoa com deficiência, é uma recorrência nos estudos sobre educação. O que vem se mostrando de menos compreensão na prática profissional é a efetivação do direito do/a educando/a com deficiência e dever dos/as envolvidos/as assegurar serviços e adaptações razoáveis para atender às características dos/as educandos/as e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade com relação aos/as demais (Lei Brasileira de Inclusão, 2016, Art. 27 e 28). Batista e Mantoan (2007) afirmam que o/a educando/a com deficiência intelectual desafia a escola comum, pois a faz rever seus objetivos e práticas de ensino baseados em padrões e modelos idealizados e prontos.

Discutir sexualidade já exige de qualquer profissional se despir de valores e concepções. Abordar os conteúdos e demandas de uma educação em sexualidade



quando no grupo há um/a educando/a com deficiência intelectual demanda repensar suas antigas práticas solidificadas pautadas em conteúdos previamente definidos e homogêneos. Requer compreender que o desenvolvimento e aprendizagem são diferenciados para todos/as os/as educandos/as, independente de apresentarem ou não uma deficiência. As pessoas aprendem de formas diferenciadas, se interessam por assuntos diferentes e compreendem o mundo á sua maneira.

Essa heterogeneidade é a verdadeira riqueza do ambiente educacional. Considerar as diferenças no planejamento escolar torna o currículo mais enriquecedor e diversificado, permitindo que novos conhecimentos, não só científicos, mas também culturais e sociais, adentrem este espaço, além de valorizar o/a próprio/a educando/a, reconhecendo sua história pessoal e familiar, possibilitando que o/a mesmo/a se empodere de sua trajetória progressa.

Aprender é uma ação humana criativa, individual, heterogênea e regulada pelo sujeito da aprendizagem, independentemente de sua condição intelectual ser mais ou ser menos privilegiada. São as diferentes ideias, opiniões, níveis de compreensão que enriquecem o processo escolar e clareiam o entendimento dos alunos e professores. Essa diversidade deriva das formas singulares de nos adaptarmos cognitivamente a um dado conteúdo e da possibilidade de nos expressarmos abertamente sobre ele

(BATISTA; MANTOAN, 2007, p. 17).

O/a educador/a não deve dispor de um ensino diferente para a pessoa com deficiência intelectual para trabalhar a sexualidade, mas planejar formas diferenciadas e variadas para todos/as educandos/as. O ensinar deve ser coletivo em uma escola inclusiva, disponibilizando a todos/as um mesmo conhecimento, mas considerando as especificidades de cada um/a.

Modificar essas práticas discriminatórias é um verdadeiro desafio, que implica em inovações na forma de o professor e o aluno avaliarem o processo de ensino e de aprendizagem. Elas exigem a negação do caráter padronizador da aprendizagem e eliminam todas as demais características excludentes das escolas comuns, que adotam propostas pedagógicas conservadoras. A prática escolar inclusiva provoca necessariamente a cooperação entre todos os alunos e o reconhecimento de que ensinar uma turma é, na verdade, trabalhar com um grande grupo e com todas as possibilidades de subdividi-lo (BATISTA; MANTOAN, 2007, p. 18).

O trabalho de educação em sexualidade pode ser mais atraente e despertar o interesse das crianças e jovens se for desenvolvido por abordagens que mesclm diversas linguagens, como atividades em grupo, jogos, atividades esportivas, brincadeiras, oficinas criativas, desenhos,



contação e criação de histórias, fantoches, trabalho com argila, sessão de filmes, entre outros (UNESCO, 2014). Na educação em sexualidade e em qualquer outra situação de ensino, para educando/as com deficiência intelectual, é preciso buscar estratégias efetivas, como fazer uso de recursos pedagógicos (por exemplo, modelos tridimensionais, gravuras, dramatizações etc.) que favoreçam a compreensão dos conceitos, buscando estabelecer relações entre as experiências pessoais dos/as educandos/as e as noções apresentadas nas aulas (MORALES; BATISTA, 2010).

O ser humano é curioso por natureza, relaciona-se com o desejo de saber. A satisfação desta necessidade contribuirá para que esse desejo continue ao longo da vida, o contrário, a não satisfação, pode gerar ansiedade, tensão e inibição da capacidade investigativa. A escola precisa constituir-se como um espaço no qual as crianças e jovens possam esclarecer suas dúvidas e continuar formulando novas questões. Para ter uma visão integrada das experiências destes/as educandos/as e desenvolver o prazer pela descoberta e conhecimento, se mostra importante que a escola reconheça seu papel na educação em sexualidade ligada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar e que englobe as diversas dimensões do ser humano (PCN, 1998).

Para que uma escola esteja sexualmente saudável é preciso que a educação em sexualidade seja trabalhada no espaço escolar de forma participativa e interdisciplinar a partir de reflexões decorrentes de experiências e trabalhos teórico-práticos, estando presentes no currículo e não apenas quando surge alguma

manifestação que leva a direção a chamar algum médico/a ou especialista para conversar ou ministrar uma palestra. É necessário que ocorra discussão e diálogo entre os/as alunos/as, entre os/as educadores/as e demais funcionários e com a família (JUNG apud FURLANI, 2011).

Figueiró (2009) explica que, para isso, não basta limitar sua ação apenas a responder o que lhe é perguntado em um determinado momento, satisfazendo possíveis curiosidades, mas sim conversar, levantar apontamentos e questionamentos:

[...] uma pergunta feita por uma criança pode ser uma “porta” para um bom e proveitoso bate-papo sobre sexualidade (...) Risos podem acontecer durante este exercício, ou mesmo em outros, e é natural que aconteçam. O professor não deve inibir a espontaneidade do riso, mas propiciar que se manifeste, pois é uma forma de extravasar o constrangimento que, comumente, acompanha o falar sobre o assunto. Se permitido, aos poucos, os risos esvanecem significativamente (p. 148, 150).

O/a educador/a precisa proporcionar aos/as educandos/as acesso a informações claras, objetivas e científicas, além de criar oportunidades de reflexão para que tenham a possibilidade de pensar e discutir com os/as demais colegas, formando sua própria opinião sobre os mais diversos assuntos, como sexo pré-matrimonial, masturbação, homossexualidade, gênero, entre outros (ibidem). Isso inclui os/as educandos/as com



deficiência intelectual, eles/as precisam estar incluídos/as em todos os processos de aprendizagem, podendo refletir, questionar e debater sobre sua sexualidade, sendo capaz de tirar suas dúvidas e tomar posição ativa frente ao seu corpo e intimidade, sempre de forma respeitosa e acolhedora.

O trabalho [...] se faz problematizando, questionando e ampliando o leque de conhecimentos e de opções para que o próprio aluno escolha seu caminho. [...] Isso quer dizer que as diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem invadir a intimidade e o comportamento de cada aluno ou professor. Tal postura deve, inclusive, auxiliar as crianças e os jovens a discriminar o que pode e deve ser compartilhado no grupo e o que deve ser mantido como vivência pessoal. Apenas os alunos que, por questões pessoais, demandem atenção e intervenção individuais, devem ser atendidos separadamente do grupo pelo professor ou orientador na escola, e poderá ser discutido um possível encaminhamento (PCN, 1998, p. 299).

O/a educador/a precisa reconhecer e valorizar a sua importância no processo de desenvolvimento e compreensão da sexualidade por parte da pessoa com deficiência intelectual. Ele/a é o/a profissional mais próximo à criança/jovem, sendo responsável por planejar e colocar em prática as atividades que o/a educando/a irá realizar, quem permanecerá mais tempo ao seu lado, o

conhece em seus detalhes e particularidades, o/a auxiliará nos momentos de dificuldades.

Mas o processo educacional é formado por uma equipe, assim, a educação em sexualidade é responsabilidade de toda a escola, por meio não somente do ensino como também das regras, práticas internas, currículo e ensino e materiais didáticos da escola (UNESCO, 2010).

A sexualidade no espaço escolar não se inscreve apenas em portas de banheiros, muros e paredes. Ela "invade" a escola por meio das atitudes dos alunos em sala de aula e da convivência social entre eles. Por vezes a escola realiza o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela. (...) Há também a presença clara da sexualidade dos adultos que atuam na escola. Pode-se notar, por exemplo, a grande inquietação e curiosidade que a gravidez de uma professora desperta nos alunos menores. Os adolescentes testam, questionam e tomam como referência a percepção que têm da sexualidade de seus professores, por vezes desenvolvendo fantasias, em busca de seus próprios parâmetros. (...) Todas essas questões são expressas pelos alunos na escola. Cabe a ela desenvolver ação crítica, reflexiva e educativa (PCN, 1998, p. 292).

Furlani (2011) diz que é preciso valorizar tanto o conhecimento científico quanto o conhecimento



familiar/popular/cultural, pois todos são constituintes das experiências do/a educando/a e expressões da multiplicidade sociocultural humana. Esse respeito e reconhecimento da nossa multiplicidade é um dos primeiros passos para a compreensão da diferença como algo positivo.

Assim, como podemos perceber, o trabalho em sexualidade na educação é amplo e implica a abordagem de diversos conceitos inseridos no cotidiano da vida das crianças e jovens, independente de suas características físicas, socioeconômicas, lugar de origem, raça, etc. A escola precisa ampliar seu trabalho educacional, considerando a sexualidade como parte integrante do currículo, visando o pleno desenvolvimento de todos/as. Faz-se necessário a mudança de valores e conceitos para que reconheçamos o direito à sexualidade das pessoas com deficiência intelectual. A educação em sexualidade para uma pessoa com deficiência intelectual precisa estar pautada no diálogo, reflexão e possibilidade de construir e reconstruir as informações; proporcionar a capacidade analisar e debater criticamente o que lhe é ensinado e assumir a responsabilidade por seu corpo e sua sexualidade; aprendendo a respeitar a si próprio e ao/a outro/a, seus desejos e sentimentos, construindo seus próprios valores e princípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou como objetivo principal compreender como efetivar o processo de ensino e aprendizagem em uma educação em sexualidade para os/as educandos/as com deficiência intelectual.

A sexualidade faz parte da vida de todas as pessoas, apresentando desde o nascimento, infância, juventude, fase adulta e velhice. Em nenhum momento de vida, podemos dizer que o ser humano está desprovido de sexualidade, pois isto seria incoerente com todo o seu processo de formação. Sexualidade, ao contrário da visão comum, é muito mais amplo que somente sexo, envolve se conhecer, compreender seu corpo e suas diversas fases, reconhecer seus sentimentos, pertencer a uma família e a um grupo social, além de envolver aceitação, liberdade, afetividade, carinho, prazer, sentimento mútuo de bem querer, gestos, interação, comunicação, enfim, uma infinidade de traços que constituem o sujeito.

Dessa forma, a educação em sexualidade como parte do currículo escolar é necessário e urgente, pois se mostra imprescindível no processo de desenvolvimento do ser humano, proporcionando oportunidades para que os/as envolvidos/as possam construir seus próprios valores a partir da possibilidade de refletir criticamente sobre a sociedade a qual está inserido e as formas de interação e dominação existente, propiciando o acesso a informações corretas e realistas sobre a sexualidade, desprovido de pré-julgamento, baseando-se nos conceitos de respeito a si mesmo e ao próximo.

Apesar dessa urgência, percebemos entraves para a implementação de uma educação em sexualidade nas escolas. O que se percebe, historicamente, é que ocorreram inúmeras tentativas e abordagens utilizadas, muitas carregadas de estereótipos e com fins ideológicos de controle e dominação. Isso pode ser explicado, de certa forma, pelo modo



como a nossa sexualidade e nossa identidade social são construídas pelas relações.

Somos constituídos pelas diversas identidades culturais que possuímos e que determinam nosso reconhecimento social (ordem econômica, condição física, gênero, sexualidade, raça, etnia, origem social, religião, geração, estado civil, etc.), estes marcadores determinam quem somos socialmente e nossas experiências. As relações de poder surgidas a partir dessas relações disciplinam e interferem em nossas vidas. As formas de pensamento e preconceito, de dominação e poder, estão enraizados em nossa cultura, perpetuando pelos diferentes momentos históricos, assim, uma expressão de alguma “verdade” exerce poder sobre o sujeito de que se fala, por exemplo, referente à sua sexualidade.

Discursos fundamentados em verdades únicas e absolutas podem levar a entendimentos errôneos e equivocados de que a sexualidade ocorre da mesma maneira em todas as pessoas e todos/as têm a chance de vivenciar igualmente sua sexualidade. Entretanto, as identidades sexuais que consideramos naturais são constantemente moldadas no interior de relações definidas de poder e a sexualidade é um marcador de outras relações de poder.

Essas verdades incorrigíveis e conceitos equivocados provocam consequências ainda mais agravantes para a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual, pois, devido à visão da sociedade, esta apresenta uma identidade cultural e social estigmatizada e reduzida à sua deficiência, sendo reconhecidas como seres incapazes e imperfeitos. Dessa forma, são vistas como desprovidas de sexualidade; que

jamais terão uma vida sexual saudável, pois são seres indesejáveis; ou ainda, quando possuem sexualidade, as expressam de forma doentia e errada. Isso tem um impacto devastador, pois, nesta lógica, a educação em sexualidade é desnecessária, tornando-a mais vulnerável a crimes sexuais, gravidez não planejada, contaminação de doenças sexualmente transmissíveis, etc.

Estes dados reforçam a importância de se garantir o direito das pessoas com deficiência e uma educação em sexualidade. Mas não a qualquer tipo de educação, e sim aquela incluída no currículo e planejamento escolar, trabalhada de forma interdisciplinar por meio de reflexões decorrentes de experiências e trabalhos; onde a temática esteja inserida constantemente nas discussões entre equipe e entre os/as educandos/as; pautado no diálogo, acolhimento e respeito.

Uma educação em sexualidade voltada para a pessoa com deficiência deve considerar, constantemente, as diferenças no planejamento escolar, valorizar o/a próprio/a educando/a, reconhecendo sua história pessoal e familiar, possibilitando que o/a mesmo/a se empodere de sua trajetória pregressa e de seu corpo e desejos.

As didáticas e métodos de trabalho pedagógico precisam ser revistos, deixando de lado modelos prontos e fechados, mas que sejam planejados por meio de diferentes formas e com uma flexibilização das atividades, considerando as especificidades de todos/as educandos/as, disponíveis para toda a turma e de acordo com os diferentes níveis de compreensão.

Os/as profissionais envolvidos no ambiente educacional, especialmente os/as



educadores/as, precisam realizar uma avaliação sobre seus modos de pensar e agir frente à sexualidade do/a outro/a, ampliando seus conhecimentos científicos, sociais e culturais para que possa rever seus valores. Precisam reconhecer que as expressões da sexualidade acontecem de formas variadas para as pessoas com deficiência, dependendo do momento de vida, podendo ocorrer dificuldades e facilidades para todos/as.

O/a educando/a com deficiência intelectual precisa ter acesso a uma educação em sexualidade em todos os momentos de sua vida, possibilitando-o/a a criar meios de reflexão constante para que possa compreender o mundo em que vive, as formas de controle existentes e os estigmas lhe são impostos socialmente e que não fazem parte de suas características constitutivas, reconhecendo-se como um ser de direitos e deveres, com liberdade para suas próprias escolhas e direito ao seu próprio corpo e a sua própria sexualidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carolina de. *Análise dos RDOs: Maio a dezembro de 2014*. São Paulo: 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência - Centro de Serviços de Apoio, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 02 ago. 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BATISTA, Cristina Abranches Mota; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Formação Continuada a Distância de Professores para o*

Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Mental. Brasília: SEESP / SEED / MEC, 2007.

CERTEZA, Leandra Migotto. *A sexualidade da pessoa com deficiência*. Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência. SEDPcD/Diversitas/USP Legal, São Paulo, jun. 2013.

FURLANI, Jimena. *Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual*. Educação em Revista. Belo Horizonte, n. 46, p. 269-285, dez. 2007.

FURLANI, Jimena. *Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. In: FIGUEIRÓ, Neide Damico (org.). *Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum*. Londrina: UEL, 2009.

GOFFMAN, Erving. *Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

LOPES, Alice Casimiro. *Teorias Pós-Críticas, Política e Currículo*. Educação, Sociedade & Culturas, n. 39, p. 7- 23, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In LOURO, Guacira Lopes (org). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. *Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências*. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.16, n.2, p.159-176, mai-ago, 2010.

MORALES, Aida Souza; BATISTA, Cecília Guarnieri. *Compreensão da Sexualidade por Jovens com Diagnóstico de Deficiência Intelectual*. Psicologia: Teoria e Pesquisa, vol. 26 n. 2, p. 235-244 abr-jun, 2010.

MOVIMENTO DOWN. *Educação sexual para jovens com deficiência intelectual*. Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/2013/01/educacao-sexual-para-jovens-com-deficiencia-intelectual/>. Acesso em 27 out. 2016.



OLIVEIRA, Marcia Betania de. *Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso: Perspectivas Teóricas para Pesquisas sobre Políticas de Currículo*. 37ª Reunião Nacional da ANPEd. Florianópolis: UFSC, 2015.

PORTAL BRASIL. *Direito à sexualidade*. 2012. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/saude/2012/04/direito-a-sexualidade>. Acesso em 29 out. 2016.

RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE A DEFICIÊNCIA / World Health Organization, The World Bank ; tradução Lexicus Serviços Lingüísticos. São Paulo: SEDPcD, 2012.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. *A institucionalização dos saberes acerca da sexualidade humana e da educação sexual no Brasil*. In FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. *Educação Sexual: múltiplos temas, compromisso comum*. Londrina: UEL, 2009.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. *Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual*. São Paulo: Childhood - Instituto WCF-Brasil: Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria de Educação, 2009.

UNESCO. *Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade: Uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde*. Vol 1. Razões em favor da educação em sexualidade Brasília: UNESCO, 2010.

UNESCO. *Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem*. Brasília: UNESCO, 2014.

WEEKS, Jeffrey. *O Corpo e a Sexualidade*. In LOURO, Guacira Lopes (org). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.